

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

Pelo presente Instrumento particular e na melhor forma de direito, as Partes abaixo qualificadas resolvem celebrar o contrato de prestação de serviços especializados, que entre si fazem mediante as cláusulas e condições que se outorgam e aceitam mutuamente, como adiante se segue.

**CONTRATANTE: REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA – RNP**, associação civil qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.077 de 09 de janeiro de 2002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.508.097/0001-36, Inscrição Municipal nº 02.838.109, com sede na Rua Lauro Müller, nº 116, 11º andar, salas 1101 a 1104, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ – CEP 22290-906, neste ato representada na forma prevista no seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **RNP**.

**CONTRATADA: xxxx DA INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxx, , com sede na xxxxxx, CEP nº xxx, neste ato representada por seu Sócio Administrador, xxxxxx, nacionalidade, Carteira de Identidade nº xxx, CPF/MF sob o nº xxxx doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conjunto denominadas como Partes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto deste Contrato a contratação de solução tecnológica destinada à realização de exames digitais, no âmbito da iniciativa do INEP, conduzida em cooperação com a RNP, contemplando licenciamento perpétuo de uso institucional irrestrito e por tempo indeterminado, implantação, configuração, transferência de conhecimento, manutenção, suporte técnico, operação assistida, funcionalidades de supervisão/proctoring, importação, exportação, auditoria e demais atividades necessárias ao pleno funcionamento da solução, conforme requisitos definidos neste Contrato, no Termo de Referência – **ADC/15883/2026** e demais Anexos.

1.2 – A prestação dos serviços dar-se-á exclusivamente em favor da RNP, no contexto do projeto descrito no Termo de Referência, que envolve a disponibilização de solução digital para aplicação de exames sob responsabilidade do INEP, não estabelecendo este Contrato qualquer vínculo, obrigação, responsabilidade solidária, subsidiária ou relação jurídica direta ou indireta entre a CONTRATADA e o INEP ou quaisquer terceiros.

1.3 – Integra este Contrato, como Anexo I, o Termo de Referência – ADC/15883/2026, o qual possui força obrigacional plena, vinculando a CONTRATADA ao atendimento integral dos requisitos técnicos, operacionais, funcionais, de desempenho, segurança, disponibilidade, continuidade, prazos e níveis de serviço ali estabelecidos, inclusive para fins de fiscalização, verificação de conformidade e aceite pela RNP.

1.4 – Em caso de divergência entre este Contrato e o Termo de Referência, prevalecerá a interpretação que assegure maior aderência ao objeto contratado, à matriz de responsabilidades, à proteção da RNP e do INEP, e ao atendimento integral dos requisitos técnicos, funcionais, operacionais, de segurança, continuidade, licenciamento e proteção de dados previstos no conjunto dos instrumentos.

1.5 – Os serviços serão prestados de forma não exclusiva, competindo à CONTRATADA assegurar que a solução digital e os serviços associados atendam integralmente às condições técnicas e operacionais previstas neste Contrato e em seus Anexos, sem que

isso configure qualquer forma de relação jurídica, subordinação, solidariedade, corresponsabilidade ou vínculo, direto ou indireto, da CONTRATADA com terceiros, incluindo, sem limitação, órgãos ou entidades responsáveis pelos exames aos quais a solução se destina.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS.

2.1 – Constituem partes integrantes deste Contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos e cujo teor as Partes declaram conhecer e aceitar:

a) ADC/15085/2025 – Termo de Referência;

b) Pedido de Compra – ADC/15883/2026;

c) A Proposta Comercial nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026, apresentada pela CONTRATADA em resposta ao Termo de Referência – ADC/15883/2026.

2.2 – Os documentos referidos no item 2.1 são complementares a este Contrato e devem ser interpretados de forma harmônica com suas disposições.

2.3 – A Proposta Comercial mencionada na alínea “c” não poderá afastar, limitar, alterar ou restringir obrigações técnicas, operacionais ou de desempenho previstas neste Contrato ou no Termo de Referência, prevalecendo sempre estes instrumentos.

2.4 – Outros anexos poderão ser incorporados mediante anuência das Partes, por meio de Termo Aditivo.

## CLAÚSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS.

3.1 – Sem prejuízo do detalhamento técnico constante do Termo de Referência, que integra este Contrato para todos os fins, a execução do objeto compreende a disponibilização de solução tecnológica de exames digitais, contemplando, no mínimo, licenciamento perpétuo de uso institucional irrestrito, implantação, configuração, transferência de conhecimento, manutenção, suporte técnico, operação assistida, funcionalidades de supervisão/proctoring, interoperabilidade, importação, exportação, auditoria, segurança, continuidade e demais recursos necessários ao pleno funcionamento da solução.

3.2 – A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir integralmente os requisitos funcionais, técnicos, operacionais, de desempenho, disponibilidade, segurança, privacidade, continuidade, auditoria, acessibilidade, interoperabilidade e níveis de serviço definidos no Termo de Referência e em seus anexos, sendo vedada qualquer limitação, substituição, degradação ou condicionamento de funcionalidades não expressamente aceito pela **RNP**.

3.3 – O licenciamento da solução deverá observar o regime de licença perpétua, uso institucional irrestrito e por tempo indeterminado, assegurando à **RNP** e ao **INEP** o direito de uso pleno da plataforma, nos termos do Termo de Referência, sem limitação quanto a usuários, itens, bancos de itens, exames, simulações, aplicações simultâneas, ciclos anuais de aplicação e armazenamento lógico associado à solução.

3.4 – A implantação da solução deverá ocorrer em um dos seguintes modelos, conforme previsto no Termo de Referência:

- (i) Modelo A – em infraestrutura própria (on-premise) disponibilizada pelo INEP, sob sua governança; ou
- (ii) Modelo B – em infraestrutura de nuvem pública (AWS, Azure ou GCP – região Brasil), provisionada pela RNP.

3.4.1. Em ambos os casos, a **CONTRATADA** deverá assegurar a continuidade operacional da solução, o acesso integral aos dados, sua portabilidade e a inexistência de dependência técnica que inviabilize sua operação pela **RNP** ou pelo **INEP**.

3.5 – A transferência de conhecimento deverá ser suficiente para permitir a operação autônoma da solução pela **RNP** e pelo **INEP**, vedada a dependência contínua da **CONTRATADA** para atividades operacionais ordinárias.

3.6 – Os serviços de manutenção, suporte técnico e operação assistida incidirão sobre a camada de aplicação da solução licenciada e não poderão condicionar, restringir ou suspender o direito de uso da licença perpétua adquirida, observados os ciclos, SLAs e condições definidos no Termo de Referência.

3.7 – Qualquer atividade, ajuste, integração, correção, atualização, parametrização, teste ou medida necessária ao pleno funcionamento, segurança, continuidade, desempenho ou conformidade da solução será considerada incluída no escopo contratual, desde que indispensável ao atendimento dos requisitos estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência

3.8 – Os serviços serão considerados executados somente quando atingirem os resultados previstos neste Contrato e no Termo de Referência, ficando a **CONTRATADA** obrigada a refazê-los, corrigi-los ou complementá-los, sem qualquer ônus adicional para a **RNP**, sempre que não cumprirem integralmente as condições técnicas exigidas para aprovação.

3.9 – Os resultados parciais serão considerados concluídos somente após:

- a) comunicação formal da **CONTRATADA** informando a conclusão da etapa correspondente, acompanhada da documentação técnica e das evidências aplicáveis; e
- b) emissão, pela **RNP**, do documento de aceite parcial referente aos serviços executados na etapa.

3.10 – A **RNP** poderá solicitar à **CONTRATADA** a realização de outras atividades tecnicamente relacionadas ao objeto deste Contrato, desde que previamente acordadas entre as Partes quanto ao escopo, valores, prazos e demais condições aplicáveis, mediante formalização por meio de Termo Aditivo.

3.11– O acompanhamento da execução do objeto será realizado pela **RNP** por meio de relatórios de atividades, documentos de aceite, dashboards, registros operacionais, evidências técnicas e demais instrumentos previstos no Termo de Referência.

3.12 – A aceitação técnica e operacional dos serviços objeto deste Contrato está condicionada ao cumprimento integral, pela **CONTRATADA**, dos requisitos funcionais e não funcionais, especificações técnicas, padrões de desempenho, requisitos de segurança, disponibilidade, continuidade, auditoria, qualidade, integridade de dados, documentação, métricas e demais parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, bem como à aprovação, pela RNP, dos resultados das verificações e testes previstos, incluindo, mas não se limitando a:

I – testes de validação técnica e funcional da solução;

II – testes de desempenho, carga e estresse em condições equivalentes ao uso real;

III – testes de segurança, incluindo auditorias, trilhas de auditoria, registros obrigatórios e mecanismos de detecção de irregularidades;

IV – simulações operacionais e verificações de conformidade;

V – validação dos fluxos de supervisão (proctoring), automações, monitoramentos, integrações e mecanismos antifraude;

VI – análise da documentação técnica, relatórios, indicadores, logs e evidências de conformidade apresentados;

VII – demonstração de capacidade de processamento, escalabilidade, estabilidade e atendimento aos volumes e parâmetros definidos no Termo de Referência.

3.13 – A **CONTRATADA** deverá sanar, corrigir, complementar ou refazer, sem qualquer ônus adicional para a **RNP**, todo e qualquer serviço, entrega, módulo, funcionalidade ou processo que não atenda integralmente aos requisitos técnicos ou operacionais previstos neste Contrato ou no Termo de Referência.

3.14 – A ausência de manifestação expressa da **RNP** não implicará aceite tácito, nem afastará a obrigação da **CONTRATADA** de corrigir, complementar, refazer ou substituir, sem ônus adicional, qualquer entrega, funcionalidade, componente, serviço ou documentação que não atenda integralmente aos requisitos contratados.

3.15 – Nenhuma entrega será considerada concluída, parcial ou totalmente, sem a emissão do correspondente documento de aceite pela **RNP**, ainda que a solução esteja em funcionamento provisório, operação assistida ou ambiente de testes.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS DESPESAS COM A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 – Ressalvados exclusivamente os valores expressamente previstos neste Contrato como devidos pela **RNP**, todos os custos, despesas, encargos e insumos necessários à execução integral do objeto contratual e ao cumprimento do Termo de Referência serão de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**. Incluem-se nessa responsabilidade, sem limitação, custos de infraestrutura tecnológica, sistemas,

plataformas, módulos, funcionalidades, proctoring, comunicações, armazenamento, segurança, suporte, manutenção, operação assistida, tributos, despesas administrativas e demais custos operacionais necessários à plena execução da solução. Nenhum valor adicional será devido pela **RNP**, salvo se prévia e expressamente autorizado por escrito e formalizado nos termos deste Contrato.

4.2 – Considerando que a execução dos serviços previstos no Termo de Referência se dá predominantemente de forma remota, não haverá realização de viagens, deslocamentos ou atividades presenciais, salvo em situações excepcionais e devidamente justificadas, que dependerão de autorização formal e prévia da **RNP**.

4.3 – Nenhuma despesa de qualquer natureza será reembolsada ou suportada pela **RNP** sem autorização formal, expressa e específica, sendo vedadas autorizações tácitas ou retroativas.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES.**

5.1 – O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, admitida prorrogação mediante acordo entre as PARTES, por meio de Termo Aditivo.

5.2 – A prorrogação poderá incluir ajustes e condições adicionais, desde que não alterem ou desvirtuem o objeto contratual e suas premissas.

5.3 – O término da vigência contratual ou a não renovação dos serviços de manutenção, suporte técnico e operação assistida não afetará o direito de uso da solução licenciada, que permanecerá assegurado à **RNP** e ao **INEP** em caráter perpétuo, institucional, irrestrito e por tempo indeterminado, nos termos deste Contrato e do Termo de Referência.

5.4 – A prorrogação dos serviços poderá incluir atualização de prazos, condições operacionais e demais ajustes necessários à continuidade da execução, desde que não alterem o objeto, o regime de licenciamento perpétuo, a matriz de responsabilidades ou as condições essenciais estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

5.5. O término da vigência não exime as Partes do cumprimento das obrigações assumidas durante sua execução, nem das obrigações que, por sua natureza, devam subsistir, incluindo confidencialidade, proteção de dados, propriedade intelectual, auditoria, preservação de registros e evidências, responsabilidade por danos, portabilidade, transição e continuidade mínima da solução.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

6.1 – Pela completa, regular e adequada execução da solução digital e dos serviços previstos neste Contrato e no Termo de Referência – ADC/15883/2026, a RNP pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), conforme a Proposta Comercial nº \_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026, apresentada pela CONTRATADA e aceita pela RNP.

6.1.1 – A Proposta Comercial aceita pela **RNP** integra este Contrato e contempla os valores relativos ao licenciamento perpétuo da solução, à implantação e

transferência de conhecimento e aos serviços de manutenção, suporte técnico e operação assistida, em conformidade com o modelo econômico definido no Termo de Referência.

6.1.2 – O valor relativo ao licenciamento possui natureza não recorrente e corresponde à concessão de licença perpétua, de uso institucional irrestrito e por tempo indeterminado, nos termos deste Contrato e do Termo de Referência.

6.1.3 – Os serviços de manutenção, suporte técnico e operação assistida possuem natureza recorrente anual e não condicionam, restringem ou suspendem o direito de uso da licença perpétua adquirida.

6.1.4 – Os valores contratados abrangem integralmente todas as atividades, serviços, entregáveis, licenças, módulos, funcionalidades, implantação, configuração, transferência de conhecimento, suporte, manutenção, operação assistida, auditorias, armazenamento, proctoring, segurança, monitoramento, tributos, despesas administrativas e quaisquer outros componentes necessários ao cumprimento deste Contrato e do Termo de Referência, não sendo devidos valores adicionais pela **RNP**, salvo previsão expressa neste Contrato ou formalização por Termo Aditivo.

6.1.5 É vedada a cobrança de taxas, acréscimos, repasses, tarifas baseadas em uso ou consumo, change orders ou quaisquer valores adicionais não expressamente previstos neste Contrato, inclusive quando relacionados a usuários, sessões, armazenamento, transferência de dados, picos de demanda, recursos computacionais, logs, auditorias, exportações, importações ou funcionalidades necessárias ao atendimento do objeto contratado, ressalvados exclusivamente os serviços expressamente definidos como sob demanda, a saber: manutenção evolutiva em regime de pool de horas e operação assistida presencial, os quais somente serão devidos se previamente solicitados e autorizados pela **RNP**, efetivamente executados pela **CONTRATADA** e formalmente aceitos pela área responsável, observados os valores, limites e condições previstos neste Contrato, no Termo de Referência e na Proposta Comercial

6.2 – O valor previsto no item 6.1 será pago em parcelas vinculadas aos marcos de entrega aprovados pela RNP, conforme previsto na Proposta Comercial e no Termo de Referência:

I – Setup da solução e disponibilização do ambiente – \_\_\_\_%;

II – Treinamento técnico e validação inicial – \_\_\_\_%;

III – Operação assistida / piloto – \_\_\_\_%;

IV – Suporte e manutenção (parcela mensal ou trimestral) – \_\_\_\_%.

6.2.1 – Cada parcela somente será devida após a emissão, pela **RNP**, do respectivo Documento de Aceite, nos termos da Cláusula Terceira.

6.3 – A **CONTRATADA** deverá emitir Invoice ou nota fiscal correspondente à parcela devida e encaminhá-la ao endereço eletrônico nfe@rnp.br, observadas as exigências documentais previstas neste Contrato.

6.3.1 – O prazo de pagamento das **invoices** será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de seu efetivo recebimento pela CONTRATANTE, condicionado à correta apresentação dos documentos de cobrança.

6.3.2 – O pagamento das **notas fiscais** observará o calendário fixo da **CONTRATANTE**, ocorrendo nos dias 05 (cinco) ou 20 (vinte) de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme regras abaixo:

6.3.2.1 – As notas fiscais emitidas e recebidas no e-mail nfe@rnp.br, no período compreendido entre os dias 06 e 20, serão pagas no dia 20 do mês subsequente, ou no primeiro dia útil imediatamente posterior.

6.3.2.2 – As notas fiscais emitidas e recebidas no e-mail nfe@rnp.br, no período compreendido entre os dias 21 e 05, serão pagas no dia 05 do mês subsequente, ou no primeiro dia útil imediatamente posterior.

6.3.3 – Para fins de contagem de prazo, será considerada como data de recebimento aquela em que a documentação estiver completa e em conformidade com as exigências contratuais.

6.4 – Estão incluídos no valor contratado todos os encargos incidentes, tributos, taxas, despesas administrativas e quaisquer custos diretos ou indiretos relacionados à execução deste Contrato.

6.4.1 – O pagamento será suspenso sempre que o serviço não for executado no prazo acordado ou não atender às condições técnicas exigidas para aceitação pela RNP.

6.4.2 – O pagamento também poderá ser suspenso caso a documentação fiscal, jurídica ou cadastral da **CONTRATADA** esteja irregular, sendo restabelecido somente após a completa regularização.

6.4.3 – Não serão efetuados pagamentos enquanto houver pendências de liquidação de obrigações legais, contratuais ou operacionais.

6.5 – Havendo irregularidade na Invoice ou Nota Fiscal, esta será devolvida à **CONTRATADA** para correção, sendo considerada como não apresentada, com o prazo de pagamento reiniciado a partir da reapresentação regular.

6.6 – A **RNP** não se responsabilizará por operações financeiras realizadas pela **CONTRATADA** junto a instituições bancárias, factoring ou similares, não sendo devido qualquer valor decorrente de antecipação de recebíveis, descontos ou cessão de crédito.

6.6.1 – Se, em inobservância do item 6.7, a RNP vier a ser cobrada por qualquer valor relacionado a tais operações, a **CONTRATADA** deverá reembolsar integralmente a quantia paga, acrescida de multa não compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor indevidamente exigido.

6.7 – Para fins deste Contrato, não se caracterizarão como alteração de escopo, tampouco ensejarão qualquer cobrança adicional, solicitações relacionadas à plena execução, funcionamento, adequação, desempenho, disponibilidade, segurança,

conformidade ou continuidade da solução digital, incluindo correções, ajustes, atualizações, otimizações, manutenções, integrações, testes, simulações ou qualquer outra medida necessária ao adequado cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.

6.8 – É expressamente vedada a aplicação de quaisquer taxas ou cobranças baseadas em volume, consumo, sessões, usuários, armazenamento, transferência de dados, utilização de infraestrutura, picos de demanda, recursos computacionais, logs, auditorias ou qualquer outro critério variável não previsto neste Contrato, ainda que tais modelos sejam usuais em contratações SaaS no mercado internacional.

6.9 – Os valores previstos neste Contrato e na Proposta Comercial, inclusive aqueles relativos à parcela fixa e aos serviços sob demanda, tais como manutenção evolutiva em regime de pool de horas, operação assistida presencial e demais itens variáveis expressamente contratados, permanecerão inalterados durante toda a vigência contratual, cabendo exclusivamente à **CONTRATADA** a gestão dos riscos cambiais, variações monetárias, custos financeiros, tributos, encargos e demais fatores que possam impactar sua composição econômica, não sendo devida pela **RNP** qualquer revisão, recomposição, reajuste, compensação financeira, alteração de valores unitários ou pagamento adicional em razão de tais circunstâncias.

6.10 – Nenhum Termo de Uso, EULA, Master Subscription Agreement, política de privacidade, política de segurança, documento técnico, site, URL, contrato-padrão, ou quaisquer condições comerciais ou operacionais impostas unilateralmente pela **CONTRATADA** — ainda que disponibilizadas eletronicamente — produzirá efeitos perante a **RNP**, salvo quando expressamente incorporado ao presente instrumento mediante Termo Aditivo.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE.

7.1 – A **CONTRATADA** compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todo o teor das informações a que tiver acesso por força deste Contrato, inclusive e especialmente, ao *know how* eventualmente utilizado na prestação dos serviços, sob pena de responder pelos danos e prejuízos decorrentes da divulgação indevida.

7.2 – Entende-se por informações confidenciais ou privilegiadas todas as informações e documentos de quaisquer espécies, que sejam entregues a **CONTRATADA** pela **RNP**, por seus consultores, auditores, advogados, contadores, representantes e empregados e que estejam relacionados aos negócios das **PARTES** ou aos negócios de seus parceiros, fornecedores e associados.

7.2.1 – Para fins deste Instrumento, entende-se por *know how* o conhecimento não protegido por patentes ou qualquer outro direito de propriedade de acesso, extremamente restrito, passível de ser retransmitido e que, quando aplicado ao processo produtivo ou execução de serviços a que se destina, implique vantagem para o seu titular.

7.2.2. Para fins deste Contrato, incluem-se entre as informações confidenciais, sem limitação, dados, bases, bancos de itens, questões, matrizes de prova, parâmetros de avaliação, respostas, notas, logs, trilhas de auditoria, gravações de áudio e vídeo, imagens, relatórios, evidências de proctoring, dados operacionais,

informações técnicas, documentos, credenciais, configurações, integrações, arquitetura, requisitos de segurança e quaisquer informações relacionadas à **RNP**, ao **INEP**, aos exames, candidatos, avaliadores, usuários ou à execução da solução.

7.3.– É vedado à **CONTRATADA** utilizar informações confidenciais, dados, registros, logs, conteúdos, imagens, vídeos, áudios ou quaisquer materiais acessados em razão deste Contrato para fins próprios, comerciais, estatísticos, de benchmarking, desenvolvimento, treinamento, ajuste, validação ou melhoria de modelos de inteligência artificial, machine learning, analytics, produtos ou serviços, salvo autorização prévia e expressa da RNP.

7.4 – A **CONTRATADA** deverá instruir todos aqueles a quem fornecerem acesso às informações confidenciais da **RNP** sobre a obrigação de sigilo e de não divulgação ora assumidas.

7.5 – A **CONTRATADA**, em virtude do acesso que potencialmente terá às informações privilegiadas ou confidenciais da **RNP**, obriga-se a:

- a) Não permitir o acesso às referidas informações confidenciais a terceiros não credenciados pela **RNP**, incluindo apenas na extensão necessária para permitir a concretização do objeto deste Contrato;
- b) Utilizar as informações obtidas por meio deste **Contrato**, exclusivamente para os fins previstos no objeto contratado;
- c) Manter a maior confidencialidade possível em relação às informações recebidas, inclusive zelando, com rigor, para que não haja circulação de cópias, e-mails, fax ou outras formas de comunicação privada ou pública das informações, além da estritamente necessária para o cumprimento do objeto deste Contrato.

7.6 – A **CONTRATADA** reconhece que a revelação de informações confidenciais eventualmente fornecidas, não implica de forma alguma em licença, autorização, concessão, cessão, transferência expressa, tácita ou implícita, pois, constituem propriedade exclusiva da **RNP**.

7.7 – São tratados como exceção à obrigatoriedade de confidencialidade:

7.7.1 – As informações que tenham se tornado de conhecimento público pela publicação de outra forma que não por meio das **PARTES**, tal como Entes e Instituições da Administração Pública envolvidos ou beneficiários da parceria.

7.7.2 – Aqueles cuja divulgação se torne necessária quando exigida por lei ou quando necessária ao cumprimento de determinação judicial e/ou governamental.

7.7.3 – A **RNP**, em razão da sua qualificação como Organização Social, poderá dar publicidade a informações referentes a este Contrato com fundamento na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

7.7.4 – Nas hipóteses de divulgação legal, regulatória, judicial, administrativa ou decorrente de dever de transparência aplicável à **RNP**, a divulgação poderá

ocorrer independentemente de autorização da **CONTRATADA**, sem que isso configure violação desta cláusula.

7.8 – As obrigações de sigilo e confidencialidade permanecerão vigentes durante a execução contratual e após o seu término, por prazo indeterminado, enquanto as informações não se tornarem legitimamente públicas ou enquanto subsistir interesse jurídico, institucional, técnico, estratégico ou regulatório em sua proteção.

## CLÁUSULA OITAVA – DA MÃO DE OBRA E ENCARGOS.

8.1 – Este **CONTRATO** não implicará formação de vínculo de qualquer natureza entre uma Parte e os empregados e contratados da outra Parte, permanecendo cada Parte exclusivamente responsável pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações e ações, de seus funcionários e contratados, devendo cada parte manter a outra a salvo de tais reclamações e ações, requerendo a exclusão da outra Parte do polo passivo das medidas em decorrência de tais reclamações e ações, inclusive reinvidicações relativas ao INSS, FGTS e direitos previdenciários. Cada Parte deverá informar por escrito a outra Parte, em até 3 (três) dias a partir de seu conhecimento, das eventuais reclamações e ações referidas nesta cláusula, de modo a possibilitar a sua contestação e acompanhamento até final da decisão.

8.2 – A mão de obra autônoma indicada pela **CONTRATADA** para desempenhar a execução deste Contrato, manterá relação contratual exclusiva com a mesma, não existindo nenhum vínculo de subordinação ou dependência entre empregados e trabalhadores autônomos e a **RNP**. Igualmente, está excluída qualquer espécie de solidariedade no cumprimento de obrigações decorrentes da relação exclusiva da contratada com seus empregados ou mão de obra.

8.3 – Caso haja necessidade de alocação de seus empregados, prepostos ou terceirizados na **RNP**, a **CONTRATADA** se compromete a indicar um Coordenador que se fará presente na respectiva unidade e terá amplos poderes para coordenar sua equipe adotando as providências necessárias para o bom andamento dos serviços e atividades deste Contrato.

8.4 – A **CONTRATADA**, compromete-se a isentar a **RNP** de qualquer responsabilidade em demanda trabalhista ou previdenciária propostas por tais pessoas e arcar com todos os custos gerados por tal demanda, inclusive custas judiciais, honorários advocatícios e condenações judiciais, quando for o caso

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 – A RNP compromete-se a cumprir, além das demais obrigações previstas neste Contrato, em seus Anexos e no Termo de Referência – ADC/15883/2026, especialmente as seguintes:

- a) disponibilizar à **CONTRATADA**, de forma tempestiva, as informações, documentos, parâmetros técnicos, perfis de acesso e demais elementos necessários à correta implantação, configuração, operação assistida e manutenção da solução digital prevista neste Contrato, bem como manter tais informações atualizadas, comunicando alterações relevantes com antecedência razoável sempre que possível;

- b) indicar, por escrito, um gestor do Contrato e, quando necessário, pontos focais técnicos responsáveis pela interlocução oficial com a **CONTRATADA**, incluindo esclarecimentos, alinhamentos operacionais e validações específicas;
- c) analisar, em prazos razoáveis, as entregas, relatórios, evidências, resultados de testes, simulações e demais documentos fornecidos pela **CONTRATADA**, emitindo documento de aceite ou rejeição fundamentada, conforme estabelecido neste Contrato e no Termo de Referência;
- d) realizar reuniões de acompanhamento sempre que necessário, para tratar de planejamento, riscos, inconformidades, prazos, desempenho da solução digital ou quaisquer outros aspectos relevantes à execução contratual;
- e) efetuar o pagamento das parcelas devidas à **CONTRATADA** nos prazos e condições estabelecidos na Cláusula Sexta, observadas as formalidades legais e contratuais aplicáveis;
- f) comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer irregularidades, descumprimentos, falhas operacionais ou incidentes relevantes identificados durante a execução dos serviços, possibilitando à **CONTRATADA** a adoção tempestiva das correções necessárias;
- g) fornecer, sempre que aplicável, os acessos, credenciais, autorizações e demais meios necessários para que a **CONTRATADA** execute as atividades contratadas, desde que compatíveis com as políticas de segurança da **RNP**;
- h) envidar esforços razoáveis, dentro de sua competência institucional, para viabilizar interações necessárias com terceiros sob sua coordenação ou com os quais mantenha relação operacional, quando tais interações forem indispensáveis à execução da solução objeto deste Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 – A **CONTRATADA** compromete-se a cumprir, além das demais obrigações previstas neste Contrato, em seus Anexos e no Termo de Referência – ADC/15883/2026, especialmente as seguintes:

- a) assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços contratados, nos termos deste Contrato, empregando rigor técnico, diligência, zelo, boa-fé e estrita observância de todos os requisitos técnicos, operacionais, funcionais, de desempenho, segurança, disponibilidade, continuidade, monitoramento e auditoria definidos pela **RNP**;
- b) corrigir imediatamente, às suas expensas e sem qualquer ônus adicional para a **RNP**, todas as inconformidades, falhas, erros, vulnerabilidades, indisponibilidades ou desvios identificados pela **RNP** ou detectados por meio de testes, simulações, auditorias ou monitoramento, incluindo o refazimento de entregas que não atendam integralmente às condições de aceitação;
- c) responder por todos os danos, prejuízos, perdas, custos e despesas decorrentes de vazamento, acesso indevido, uso não autorizado, alteração, destruição, perda ou indisponibilidade de dados e informações sob sua responsabilidade, ainda que

decorrentes de ação ou omissão culposa (incluindo negligência, imprudência ou imperícia), afetando a **RNP**, o INEP ou terceiros;

d) não transferir, ceder, delegar, compartilhar ou de qualquer forma repassar a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto deste Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização da **RNP**, permanecendo a **CONTRATADA** integralmente responsável pelos atos e omissões de eventuais subcontratadas autorizadas;

e) não oferecer este Contrato ou direitos dele decorrentes como garantia em operações financeiras, nem utilizá-lo para assumir obrigações perante terceiros, incluindo factoring, desconto de recebíveis ou cessão de crédito, salvo autorização expressa da **RNP**;

f) permitir que a **RNP** realize a fiscalização e o acompanhamento técnico da execução dos serviços, sem restrições injustificadas, disponibilizando informações, registros, logs, evidências, painéis, relatórios e demais elementos necessários à verificação do cumprimento das obrigações assumidas;

g) refazer qualquer tarefa, componente, módulo, funcionalidade ou processo que não atenda integralmente às especificações técnicas ou aos critérios de aceitação previstos neste Contrato e no Termo de Referência, sem prejuízo dos prazos contratados e sem custo adicional para a **RNP**;

h) arcar integralmente com todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias e civis relacionadas aos profissionais envolvidos na execução dos serviços, apresentando comprovação de regularidade sempre que solicitado pela **RNP**;

i) não subcontratar os serviços, total ou parcialmente, sem prévia autorização escrita da **RNP**; subcontratação não autorizada sujeitará a **CONTRATADA** à multa de 20% (vinte por cento) do montante pago à **CONTRATADA** na data da ocorrência, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis;

j) manter-se, durante toda a vigência do Contrato, plenamente compatível com as condições legais, fiscais, técnicas, regulatórias e operacionais que fundamentaram sua contratação, comunicando imediatamente à **RNP** qualquer alteração relevante;

k) comunicar prontamente à **RNP** qualquer incidente, evento extraordinário, falha crítica, risco relevante, ameaça à continuidade do serviço ou qualquer situação que possa comprometer a execução, o desempenho ou a segurança da solução;

l) cumprir integralmente as políticas, normas, padrões e requisitos de segurança da informação, proteção de dados, continuidade de negócios, integridade de registros, trilhas de auditoria, backup e recuperação de desastres previstos neste Contrato, no Termo de Referência e na legislação aplicável, implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas à criticidade da solução;

m) cooperar integralmente com a **RNP**, com o **INEP** e, quando aplicável, com órgãos de controle e auditoria, fornecendo em tempo adequado todas as informações, documentos, relatórios, registros, logs, evidências técnicas, acessos e demais elementos razoavelmente necessários à verificação do cumprimento das obrigações contratuais;

n) não utilizar, processar, analisar, armazenar, reproduzir, combinar, minerar, agregar, comercializar, explorar, treinar, ajustar ou validar modelos de inteligência artificial ou

aprendizado de máquina com qualquer dado, conteúdo, log, imagem, vídeo, áudio ou informação tratada em decorrência deste Contrato, salvo mediante autorização prévia e expressa da **RNP**;

o) cumprir eventuais políticas, normas, diretrizes e requisitos adicionais de segurança, conformidade operacional ou auditoria emitidos pela **RNP** ou pelo **INEP**, desde que previamente disponibilizados à **CONTRATADA**.

p) conceder o licenciamento da solução nos termos deste Contrato e do Termo de Referência, assegurando à **RNP** e ao **INEP** o uso institucional, irrestrito, perpétuo e por tempo indeterminado da plataforma;

q) implantar a solução no modelo definido pela RNP, conforme previsto no Termo de Referência, podendo contemplar ambiente sob governança do INEP ou infraestrutura provisionada pela **RNP**;

r) realizar transferência de conhecimento técnico e funcional em nível suficiente para assegurar a operação autônoma da solução pela **RNP** e pelo **INEP**, vedada a dependência contínua da **CONTRATADA** para atividades operacionais ordinárias;

s) prestar os serviços de manutenção corretiva, preventiva, evolutiva, suporte técnico e operação assistida pelo prazo contratado, observados os níveis de serviço, prazos, regimes de atendimento e condições previstos neste Contrato e no Termo de Referência;

t) assegurar a obtenção das atualizações do produto licenciado, sem supressão das funcionalidades contratadas, sendo vedada a descontinuidade, degradação ou limitação da solução em razão da não contratação de serviços adicionais não previstos neste Contrato;

u) garantir, no ambiente dedicado à solução, mecanismos adequados de gestão de acessos, controle de sessão, segregação de funções, identificação de comportamentos anômalos, customização de permissões e proteções antiabuso, incluindo, quando aplicável, idle timeout, absolute timeout, reautenticação em ações sensíveis, vedação de autenticação simultânea pelo mesmo usuário, rate limiting e bot detection;

v) assegurar que a solução esteja aderente aos requisitos de continuidade de negócios, segurança da informação e proteção de dados previstos neste Contrato, no Termo de Referência e na legislação aplicável, incluindo, quando exigível, conformidade com ISO 22301, ISO 27001 ou padrões equivalentes;

w) Disponibilizar produto que ofereça registros auditáveis das operações de gestão do conteúdo da prova, execução da prova por usuário, atos pós-aplicação, gestão de acessos e uso da plataforma, mediante trilha WORM ou equivalente, com assinatura ou hashing dos eventos, cadeia de hash por sessão, sincronização de tempo, carimbo de tempo com fuso e UTC e identificadores correlacionáveis;

x) assegurar que tais registros sejam íntegros, auditáveis e acessíveis à RNP, para fins de fiscalização, rastreabilidade, auditoria, investigação de incidentes, prestação de contas e exportação, vedada qualquer forma de alteração, supressão ou restrição indevida de acesso;

z) não restringir, técnica, contratual ou operacionalmente, a exportação, migração, auditoria, preservação ou utilização institucional dos dados, conteúdos e registros produzidos no âmbito deste Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL PRÉ EXISTENTES

11.1 – Todos os direitos de propriedade intelectual e industrial pré-existent de titularidade das Partes, bem como aqueles desenvolvidos, adquiridos, licenciados ou modificados independentemente da execução deste Contrato, permanecerão de titularidade exclusiva de cada Parte, não sendo transferidos à outra por força deste instrumento.

11.2 – A execução deste Contrato não implica, para qualquer das Partes, cessão, transferência, autorização implícita, licença automática ou concessão de direitos de propriedade intelectual ou industrial pertencentes à outra Parte. Toda e qualquer licença deverá ser formalizada por escrito.

11.3 – A **CONTRATADA** declara possuir todos os direitos, autorizações e licenças necessárias para prestar os serviços e disponibilizar a solução digital objeto deste Contrato, responsabilizando-se integralmente, sem ônus para a RNP, pela obtenção de quaisquer licenças de terceiros exigidas para o pleno funcionamento da solução.

11.4 – A **CONTRATADA** concede à RNP, para uso institucional próprio e para disponibilização ao INEP no âmbito da iniciativa objeto deste Contrato, licença perpétua, irrevogável, não exclusiva, sem royalties adicionais, de uso irrestrito e por tempo indeterminado da solução digital, seus módulos, componentes, integrações, APIs, funcionalidades, relatórios, painéis e demais elementos necessários à realização de exames digitais, nos termos deste Contrato e do Termo de Referência.

11.5 – A licença prevista no item anterior não implica cessão de titularidade do código-fonte, algoritmos, técnicas, metodologias, trade secrets, documentação proprietária ou elementos estruturais da tecnologia da **CONTRATADA**, sem prejuízo das obrigações de portabilidade, interoperabilidade, documentação técnica, continuidade operacional, transferência de conhecimento, exportação de dados e acesso integral aos registros previstos neste Contrato e no Termo de Referência.

11.6 – Pertencem à **RNP** e/ou ao **INEP**, conforme a natureza e a origem da informação, todos os dados, registros, informações, logs, trilhas de auditoria, evidências, vídeos, imagens, áudios, relatórios, dashboards, metadados, métricas, arquivos exportáveis, resultados de proctoring, detecções antifraude e quaisquer outros elementos produzidos, coletados, processados, tratados ou armazenados em decorrência da execução deste Contrato, independentemente do meio em que se encontrem, sendo vedada à **CONTRATADA** sua apropriação, retenção ou utilização para finalidade própria

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS MULTAS E DEMAIS SANÇÕES

12.1 – Em caso de não execução, execução incompleta, defeituosa ou em desacordo com este Contrato, com o Termo de Referência ou com seus Anexos, a **CONTRATADA** estará sujeita à multa não compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela, marco, serviço ou obrigação afetada, sem prejuízo de glosas, retenções, perdas e danos, rescisão contratual e demais sanções previstas neste instrumento.

12.2 A eventual irregularidade, falha, descumprimento ou não conformidade será registrada pela **RNP** em Relatório de Ocorrência, contendo:

- a) descrição do fato;
- b) evidências técnicas aplicáveis;
- c) referência ao requisito contratual ou técnico descumprido;
- d) prazo de correção;
- e) riscos operacionais decorrentes.

12.3 – O Relatório de Ocorrência será encaminhado à **CONTRATADA** mediante notificação escrita, iniciando-se, a partir do recebimento, o prazo de até 05 (cinco) dias corridos para correção integral, salvo quando o Termo de Referência, o SLA aplicável ou a criticidade da ocorrência exigir prazo inferior ou correção imediata.

12.4 – A **CONTRATADA** deverá enviar resposta formal à **RNP** informando:

- a) as medidas adotadas;
- b) evidências de correção;
- c) prazo de estabilização, se aplicável.

12.4.1 - A ausência de resposta dentro do prazo será interpretada como não correção da ocorrência.

12.5 – A **RNP** analisará as evidências enviadas e poderá:

I – aceitar a correção e encerrar a ocorrência

II – rejeitar a correção, mediante justificativa técnica, caso em que poderá conceder prazo complementar de até 03 (três) dias corridos para correção final, quando compatível com a criticidade da ocorrência;

III – instaurar o procedimento de aplicação de penalidade, especialmente em caso de reincidência, ausência de correção, indisponibilidade, prejuízo operacional relevante ou comprometimento de segurança.

12.6 – A multa prevista no item 12.1 poderá ser aplicada quando:

I – a **CONTRATADA** não corrigir a ocorrência dentro dos prazos estabelecidos;

II – houver reincidência no mesmo tipo de falha no período de 90 dias;

III – a não conformidade causar indisponibilidade, prejuízo operacional relevante, risco à integridade do exame, comprometimento da segurança, violação de confidencialidade ou incidente de dados;

IV – houver descumprimento dos níveis de serviço previstos no Termo de Referência.

12.7 – A aplicação de sanção será formalizada por meio de Termo de Aplicação de Penalidade, contendo:

- a) descrição dos fatos;
- b) fundamentos técnicos;
- c) percentual e valor aplicado;
- d) forma de cobrança ou desconto.

12.8 – A **CONTRATADA** poderá apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias corridos do recebimento do Termo.

12.9 – A persistência do inadimplemento, o descumprimento grave ou a não correção da ocorrência dentro dos prazos previstos dá à **RNP** o direito de resolver o Contrato de pleno direito, mediante notificação à **CONTRATADA**.

12.10 – Em caso de resolução por culpa da **CONTRATADA**, esta deverá restituir à **RNP**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, eventuais valores pagos referentes às parcelas, marcos, serviços ou entregas não executados, rejeitados ou não aproveitáveis, devidamente atualizados, sem direito a indenização, compensação ou retenção.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL E DOS EFEITOS DA RESCISÃO**

13.1 – A **RNP** poderá rescindir unilateralmente este Contrato, a qualquer tempo, mediante notificação escrita à **CONTRATADA**, nas seguintes hipóteses:

- a) cumprimento irregular, execução defeituosa, atraso, falha, não conformidade ou inadimplemento, total ou parcial, de qualquer obrigação prevista neste Contrato, no Termo de Referência – ADC/15883/2026 ou em seus anexos;
- b) atraso injustificado no início da prestação dos serviços ou no cumprimento de marcos contratuais, devidamente formalizado por correspondência;
- c) paralisação, interrupção, suspensão ou redução dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à **RNP**;
- d) associação societária, mudança de controle, cessão, transferência, fusão, cisão ou qualquer alteração societária relevante da **CONTRATADA** que possa comprometer a execução dos serviços, sem autorização expressa da **RNP**;
- e) cometimento reiterado de faltas, entendido como reincidência de falhas semelhantes no período de até 90 (noventa) dias;
- f) violação de confidencialidade, proteção de dados ou segurança da informação;

g) descumprimento injustificado de determinações de auditoria, solicitações técnicas ou pedidos de correção emitidos pela **RNP**;

h) prática de qualquer ato ou omissão que comprometa, dificulte ou inviabilize a continuidade da operação ou a execução dos exames digitais.

13.2 – O Contrato poderá ser rescindido por qualquer das PARTES, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em razão de superveniência de norma legal ou de evento que o torne material, formal ou operacionalmente impraticável, preservando-se a continuidade adequada das atividades em execução até sua conclusão ou transferência.

13.3 – As PARTES poderão rescindir este Contrato imotivadamente, mediante aviso prévio escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitados os compromissos assumidos até a data do encerramento.

13.4 – O Contrato poderá ser rescindido na ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e impeditivos da continuação dos serviços.

13.5 – O Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de aviso, em caso de insolvência civil, recuperação judicial, falência, dissolução ou paralisação definitiva das atividades da CONTRATADA.

13.6 – A rescisão, por qualquer motivo, não afasta:

- a) a aplicação das penalidades previstas neste Contrato;
- b) o dever de indenizar a RNP ou terceiros por danos decorrentes de falhas, interrupções, violações de segurança ou incumprimento contratual;
- c) o dever de execução integral das obrigações previstas nesta cláusula e na Cláusula 13-A;
- d) a permanência das obrigações de confidencialidade, propriedade intelectual, proteção de dados, auditoria e responsabilização, que subsistirão após a rescisão.

13.7 – Em nenhuma hipótese a **CONTRATADA** terá direito a:

- I.– indenizações;
- II.– lucros cessantes;
- III.– compensações financeiras;
- IV.– multas rescisórias;
- V.– reembolsos de custos de transição;
- VI.– recuperação de investimentos;
- VII.– valores relativos ao período contratual remanescente;
- VIII.– ou qualquer pagamento não expressamente previsto neste Contrato.

13.8 – A **CONTRATADA** deverá manter a solução integralmente operacional, disponível e funcional até a data efetiva da rescisão e, quando aplicável, durante o período de transição previsto neste Contrato, sendo vedada qualquer interrupção, limitação, desligamento, degradação, redução de performance ou retenção de dados.

13.9 – A rescisão do Contrato não prejudicará o direito da **RNP** de exigir:

- a) o cumprimento das obrigações assumidas até a data da rescisão;
- b) a entrega de todos os dados, bases, registros, logs, vídeos, imagens, documentações, evidências e materiais produzidos durante a execução;
- c) a correção de não conformidades identificadas antes da rescisão;
- d) a aplicação das penalidades cabíveis.

13.10 – Em caso de rescisão imotivada pela **RNP**, a **CONTRATADA** terá direito exclusivamente a:

- a) valores de serviços efetivamente prestados até a data da rescisão;
- b) reembolso de despesas previamente autorizadas e comprovadamente incorridas.

13.11 – Independentemente da causa da rescisão, a **CONTRATADA** deverá, sem custos adicionais, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos:

- a) cessar o processamento de dados;
- b) entregar todos os dados, registros e artefatos em formatos interoperáveis definidos pela RNP;
- c) fornecer documentação técnica completa e atualizada;
- d) prestar transição assistida por até 30 (trinta) dias;
- e) destruir ou devolver todas as cópias de dados, certificando a operação;
- f) revogar todos os acessos, credenciais, tokens e chaves de API.

13.12 – É vedado à **CONTRATADA**, em qualquer hipótese:

- a) reter dados;
- b) condicionar a entrega de dados a pagamentos adicionais;
- c) desligar a solução antes do fim da transição;
- d) alegar propriedade sobre conteúdo, registros ou artefatos produzidos.

13.13 – A rescisão não implica cessão de propriedade intelectual, entretanto:

- a) a **RNP** possui direito irrevogável e perpétuo de acessar, armazenar e utilizar todos os dados e artefatos gerados;

b) a **CONTRATADA** não poderá usar dados ou artefatos do Contrato para fins próprios, comerciais, estatísticos, de engenharia reversa ou para treinamento ou melhoria de IA/machine learning, exceto autorização expressa da **RNP**.

13.14 – A **CONTRATADA** permanece obrigada a:

- I. restituir valores indevidos;
- II. pagar multas aplicadas;
- III. indenizar danos;
- IV. responder por violações de segurança, confidencialidade ou dados, mesmo após a rescisão.

13.15 – Permanecem vigentes após a rescisão:

- I. – confidencialidade (Cláusula 7);
- II. – proteção de dados;
- III. – propriedade intelectual;
- IV. – auditoria e responsabilização;
- V. – obrigações vinculadas à integridade, segurança e continuidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE DOS RESULTADOS.**

14.1 – Pertencem à **RNP** e/ou ao **INEP**, conforme a natureza e a origem da informação, todos os dados, conteúdos, itens, bancos de itens, respostas, registros, logs, trilhas de auditoria, evidências, gravações, imagens, áudios, relatórios, dashboards, metadados, métricas, resultados de proctoring, arquivos exportáveis e demais materiais produzidos, coletados, processados, tratados ou armazenados em decorrência da execução deste Contrato.

14.2 – A **CONTRATADA** não poderá reivindicar titularidade, direito de retenção, uso próprio, exploração comercial, reutilização, mineração, treinamento de modelos, análise estatística própria ou qualquer aproveitamento autônomo sobre os dados, conteúdos, registros e resultados referidos no item anterior.

14.3 – A titularidade da solução tecnológica, código-fonte, algoritmos, métodos, componentes proprietários, documentação proprietária e demais tecnologias preexistentes da **CONTRATADA** permanecerá com a **CONTRATADA**, sem prejuízo da licença perpétua, irrestrita e por tempo indeterminado concedida à **RNP** e ao **INEP** nos termos deste Contrato.

14.4 – A **CONTRATADA** declara possuir todos os direitos, autorizações, licenças e permissões necessários à disponibilização e funcionamento da solução, responsabilizando-se integralmente por eventuais reclamações de terceiros relativas a violação de direitos autorais, propriedade intelectual, industrial, software, banco de dados, imagem, marcas, patentes, segredos comerciais ou direitos correlatos.

14.5 – Sempre que necessário ao uso, auditoria, preservação, migração, continuidade, exportação ou comprovação da execução contratual, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **RNP** os dados, registros, documentos, relatórios, evidências e arquivos em formatos interoperáveis, sem dependência de ferramentas proprietárias ou cobrança adicional.

14.6 – A **CONTRATADA** assume total responsabilidade pela originalidade e propriedade do texto, das ilustrações, dos programas e tabelas utilizados no objeto do presente Contrato, ficando desde já, caso seja indispensável, obrigada a fornecer à **RNP** a devida e legal autorização de permissão de uso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS**

15.1 – A **RNP**, pessoa jurídica constituída como Associação Civil de natureza privada, sem fins lucrativos, e qualificada como Organização Social, contrata os serviços objeto desta avença para auxílio no cumprimento de suas ações e metas, custeando-os por meio da utilização de recursos de origem Pública, advindos do Contrato de Gestão, firmado com a União (MCTI-Órgão Supervisor), e/ou seus aditivos (Órgãos intervenientes).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

16.1 – A inaplicabilidade ou nulidade de quaisquer dos termos e condições ora ajustadas, não resultará na nulidade das demais cláusulas que continuarão em plena vigência e eficácia até o término ou rescisão deste Contrato.

16.2 – Quaisquer alterações e complementações às cláusulas ajustadas neste contrato, somente terão validade quando feitas por escrito, na forma de Termos Aditivos, assinados pelos representantes legais das Partes.

16.3 – Não valerá como precedente, novação ou renúncia dos direitos assegurados a cada uma das Partes, pela Lei e pelo presente Instrumento, a tolerância de uma das Partes quanto a eventuais descumprimentos ou infrações quanto às condições aqui estabelecidas, as quais poderão ser exigidas a qualquer tempo.

16.4 – Os casos omissos de natureza técnica e aqueles que se tornarem controvertidos em razão da interpretação das cláusulas e condições ora ajustadas, serão inicialmente resolvidos por meio de acordo entre as Partes.

16.4.1 – As Partes se comprometem a envidar seus melhores esforços com o objetivo de buscar dirimir eventuais conflitos surgidos em razão da execução do objeto do presente Contrato.

16.5 – As Partes declaram concordar expressamente com os termos ora ajustados, obrigando-se mutuamente pelos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, bem como, eventualmente, seus assessores, a qualquer título.

16.6 - As Partes comprometem-se a cultivar a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços objeto deste Contrato, com foco na qualidade, na eficiência, na inovação e na satisfação mútua.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E ESG**

17.1 – A **CONTRATADA** compromete-se a não adotar, permitir ou tolerar, em qualquer etapa da execução deste Contrato, práticas de trabalho análogo ao escravo, tráfico de pessoas, servidão por dívida, trabalho forçado ou qualquer forma de exploração laboral.

17.2 – A **CONTRATADA** compromete-se a observar a legislação aplicável referente ao trabalho infantil, não empregando menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, quando permitido pela legislação competente.

17.3 – A **CONTRATADA** compromete-se a não empregar adolescentes menores de 18 (dezoito) anos em atividades perigosas, insalubres, noturnas ou prejudiciais ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral ou social, bem como em horários que inviabilizem sua formação escolar.

17.4 – A **CONTRATADA** deverá conduzir suas atividades em conformidade com a legislação ambiental aplicável em seu país de origem e no Brasil, quando pertinente, comprometendo-se a adotar práticas que previnam danos ambientais e promovam sustentabilidade.

17.5 – A **CONTRATADA** será integralmente responsável por danos ambientais decorrentes de sua ação ou omissão, inclusive de seus prepostos, quando relacionados à execução deste Contrato.

17.6 – Quando aplicável, a **CONTRATADA** compromete-se a adotar padrões de redução de impactos ambientais em seus processos internos e na cadeia de fornecedores diretamente envolvidos na execução deste Contrato. Obs.: exclui-se, adequadamente, menções a veículos, fumaça preta (IBAMA), Portaria 85/96, pois são totalmente incompatíveis com contratação de solução digital estrangeira.

17.7 – A **RNP** poderá verificar, a qualquer tempo, o cumprimento das obrigações previstas nesta Cláusula, sendo considerado justo motivo para rescisão contratual o descumprimento de qualquer de suas disposições.

17.8 – A **CONTRATADA** compromete-se a envidar esforços razoáveis para que seus próprios fornecedores, subcontratados e parceiros diretamente envolvidos na execução deste Contrato observem padrões equivalentes de responsabilidade social, ambiental e trabalhista

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

18.1 – Para os fins deste Contrato, os termos “Dado Pessoal”, “Dado Pessoal Sensível”, “Titular”, “Tratamento”, “Controlador” e “Operador” deverão ser interpretados nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas aplicáveis.

18.2 – A **RNP** atuará como Controladora dos Dados Pessoais tratados no âmbito da solução de exames digitais, cabendo à **CONTRATADA** o papel de Operadora, realizando o Tratamento exclusivamente segundo instruções documentadas da **RNP**.

18.3 – A **CONTRATADA** compromete-se a tratar os Dados Pessoais única e exclusivamente para os fins de execução deste Contrato, sendo vedado:

- a) utilizar os dados para fins próprios, comerciais, estatísticos ou de engenharia reversa;
- b) treinar, alimentar, ajustar ou avaliar modelos de inteligência artificial ou machine learning;

- c) compartilhar dados com terceiros sem autorização prévia e expressa da **RNP**;
- d) realizar qualquer Tratamento não autorizado.

18.4 – É vedada a transferência internacional de Dados Pessoais para países que não possuam grau de proteção adequado, salvo autorização expressa da **RNP** e cumprimento dos requisitos legais.

18.5 – A **CONTRATADA** deverá adotar medidas de segurança da informação compatíveis com padrões internacionais (incluindo ISO 27001, ISO 27701 ou equivalentes), garantindo confidencialidade, integridade, disponibilidade, isolamento lógico, segregação e trilhas de auditoria.

18.6 – A **CONTRATADA** deverá informar à **RNP**, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que envolva Dados Pessoais.

18.7 – A **CONTRATADA** permitirá auditorias, testes, verificações técnicas e solicitações de esclarecimento emitidas pela **RNP**, **INEP** ou autoridades competentes, devendo fornecer prontamente logs, relatórios, registros de acesso e evidências necessárias.

18.8 – Caso utilize subprocessadores, a **CONTRATADA** deverá:

- a) obter autorização prévia e expressa da **RNP**;
- b) garantir que tais terceiros observem rigorosamente este Contrato e a LGPD;
- c) permanecer integralmente responsável pelos atos e omissões desses subprocessadores.

18.9 – Ao término do Contrato, a **CONTRATADA** deverá, sem qualquer custo adicional:

- a) cessar imediatamente todo Tratamento;
- b) devolver à **RNP** todos os dados, em formato interoperável;
- c) eliminar todas as cópias, inclusive backups;
- d) apresentar certificado formal de destruição.

18.10 – O descumprimento de quaisquer das obrigações desta Cláusula constitui justa causa para rescisão contratual imediata, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato e na legislação aplicável.

18.11 – A **CONTRATADA** será integralmente responsável por danos decorrentes de Tratamento irregular, incidente de segurança, uso indevido ou descumprimento de instruções da **RNP**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO**

19.1 – As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

19.2 – Cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente.

19.3 – Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos e regramentos de ética e conduta, ambas as Partes, desde já, se obrigam, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

19.3.1 – Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou, ainda, quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente; e

19.3.2 – Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

19.4 – A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e a sanções proibitivas de contratação com a **RNP**, caso seja esta a parte prejudicada.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VALIDADE DA CONTRATAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO**

20.1 – As Partes, inclusive as testemunhas, reconhecem a possibilidade de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto no §2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, observadas as exigências do artigo 5º da lei nº14.063 de 23 de setembro de 2020, caso assim ajustadas, depois de lido e achado conforme, as Partes assinam por meio eletrônico, ou certificação digital, conforme disposto no Código de Processo Civil, o presente Instrumento.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO**

21.1 – Este Contrato será regido, interpretado e executado exclusivamente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, independentemente do local de residência, nacionalidade ou sede das Partes, bem como do local de execução dos serviços ou processamento técnico da solução contratada.

21.2 – Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias ou litígios decorrentes deste Contrato ou a ele relacionados, que não puderem ser solucionados amigavelmente pelas Partes.

21.3 – As Partes renunciam expressamente a qualquer reclamação, ação judicial, arbitragem ou procedimento em jurisdição estrangeira, bem como à aplicação de leis estrangeiras ou regras de conflitos de leis, comprometendo-se a submeter toda controvérsia exclusivamente ao foro eleito e à legislação brasileira.

21.4 – A eventual nulidade de cláusula ou disposição deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes.

E, por estarem desta forma acordados, assinam o presente Contrato, na presença das testemunhas ao final nomeadas, para que produza os efeitos de direito

**REDE NACIONAL DE ENSINO E  
PESQUISA – RNP**

**Contratada**

**Testemunha RNP:**

**Testemunha Contratada:**

**Jurídico RNP:**